Revista de Educação do Vale do São Francisco
ISSN 2177-8183

A PATERNIDADE DE PAIS ACUSADOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR: UM REVISÃO DA LITERATURA

PATERNITY OF PARENTS ACCUSED OF INTRAFAMILY CHILD SEXUAL ABUSE: A LITERATURE REVIEW

PATERNIDAD DE PADRES ACUSADOS DE ABUSO SEXUAL EL NIÑOS INTRAFAMILIAR: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Heleno Pereira Nunes
lennonpereiranunes@gmail.com
Doutorando em Psicologia Clínica
Universidade Católica de Pernambuco e da
Universidade do Porto em Regime de Co-tutela

Marcelo Silva de Souza Ribeiro
marcelo.ribeiro@univasf.edu.br
Doutor em Educação
Universidade Federal Vale do São Francisco

Ana Lucia Francisco
ana.francisco@unicap.br
Doutora em Psicologia Clínica
Universidade Católica de Pernambuco

RESUMO

O abuso sexual infantil configura um fenômeno complexo e crescente e na maioria das vezes, o pai aparece como um dos principais perpetradores desses atos e se apresenta imbricado por várias condições no contexto contemporâneo sociocultural, econômico, jurídico, histórico, biológico e psicológico. Perpassado por marcadores como sexo, gênero, raça e classe. É uma pesquisa relevante por buscar discutir a paternidade de uma perspectiva do abuso sexual intrafamiliar. Trata-se de uma revisão de literatura sobre a paternidade no contexto de abuso sexual infantil de meninos no ambiente intrafamiliar. Os ensaios teóricos pesquisados versam sobre a temática do abuso sexual intrafamiliar cometidos por homens pais de meninos, e que foram publicados em periódicos científicos nos idiomas português, inglês ou espanhol. Enquanto aproximações conclusivas tem-se que urge a necessidade de compreender cada vez mais essa forma de abuso sexual infantil, assim, como uma maior compreensão teórica sobre o fenômeno.

Palavras-chave: Cartografia. Família. Paternidade. Abuso sexual intrafamiliar.

CC BY

ABSTRACT

Child sexual abuse is a complex and growing phenomenon, and in most cases, the father appears as one of the main perpetrators of these acts and is intertwined with several conditions in the contemporary sociocultural, economic, legal, historical, biological and psychological context. Permeated by markers such as sex, gender, race and class. This is a relevant research because it seeks to discuss paternity from the perspective of intrafamilial sexual abuse. This is a literature review on paternity in the context of child sexual abuse of boys in the intrafamilial environment. The theoretical essays researched deal with the theme of intrafamilial sexual abuse committed by men who are fathers of boys, and were published in scientific journals in Portuguese, English or Spanish. As conclusive approaches, there is an urgent need to increasingly understand this form of child sexual abuse, as well as a greater theoretical understanding of the phenomenon.

Keywords: Cartography. Family. Paternity. Intrafamilial sexual abuse

RESUMEN

El abuso sexual infantil es un fenómeno complejo y creciente y la mayoría de las veces, el padre aparece como uno de los principales perpetradores de estos actos y se entrelaza con diversas condiciones del contexto sociocultural, económico, jurídico, histórico, biológico y psicológico contemporáneo. Impregnado de marcadores como sexo, género, raza y clase. Es una investigación relevante ya que busca discutir la paternidad desde la perspectiva del abuso sexual intrafamiliar. Esta es una revisión de la literatura sobre la paternidad en el contexto del abuso sexual infantil a niños varones en el ámbito intrafamiliar. Los ensayos teóricos investigados abordan la temática de los abusos sexuales intrafamiliares cometidos por hombres padres de niños y que fueron publicados en revistas científicas en portugués, inglés o español. Como planteamientos concluyentes, urge comprender cada vez más esta forma de abuso sexual infantil, así como una mayor comprensión teórica del fenómeno.

Palabras clave: Cartografía. Familia. Paternidad. Abuso sexual intrafamiliar.

INTRODUÇÃO

Discutir a violência sexual infantil intrafamiliar exige um vasto estudo sobre questões abordadas acerca do tema, dentre as quais destaca-se a formação familiar em que se encontram os atores que compõem o núcleo principal da família, historicamente formado pelo pai, pela mãe e pelos filhos. No entanto, hoje, essa

CC BY

formação não é mais privilegiada, haja vista os diversos arranjos familiares presentes, o que confere maior complexidade ao tema. Entendemos o Abuso Sexual Infantil (ASI) ou Violência sexual infantil, quando uma criança é submetida à atividade sexual a qual não possa compreender, com a qual ela tem o desenvolvimento incompatível, e que não possa dar consentimento e/ou que viole as leis ou as regras da sociedade (Platt; Hauschild; Guedert, 2018).

O ASI, poderá englobar desde palavras obscenas, carícias, voyeurismo, exibicionismo, apresentação de pornografia, até o sexo oral e a penetração propriamente dita, que pode acontecer inclusive com uso de violência, como acontece no estupro. De acordo com a legislação brasileira, o Código Penal tipifica o abuso sexual infantil (intrafamiliar ou extrafamiliar) como estupro de vulnerável, que consta no art. 217-A.

Nesse modelo de violência vários fatores tem contribuído para estabelecer relações violentas intrafamiliar como são construídas as relações de poder (Foucault, 1985) entre seus membros, em que implica nos fatores de classe, raça e gênero. Além dos conflitos presentes na dinâmica familiar e o desemprego, evidenciando as vulnerabilidades sociais intrínsecas no contexto da violência. Embora, esse fenômeno esteja presente em todas as camadas das classes sociais.

É a partir desse contexto que se busca compreender os sentidos da paternidade de pais acusados de cometerem abuso sexual intrafamiliar em situação de cárcere. Na interpretação de Cúnico, Quaini, Strey (2017) a partir do momento em que o pai comete algum tipo de violência contra o(a) filho(a), ele deixa de contribuir com suas obrigações paternas, tais como a situação financeira, conflitos na construção da relação afetiva entre pai e filho, considerando-se também o fato de ele chegar a ser punido e pagar pelo ato cometido. Vale ressaltar ainda, que o papel dos pais na conjuntura familiar também se caracteriza pela proteção dos filhos na forma de segurança física e psicológica, alimentar, promover a educação doméstica e

CC BY

institucional para que se constitua a formação de um sujeito que compreenda seus direitos e deveres no processo civilizatório.

Para Chemama (1995, p. 199), “o simbólico faz do homem um animal (‘falasser’) fundamentalmente regido, subvertido pela linguagem, o que determina as formas de seu vínculo social e principalmente suas escolhas sexuadas”. Nesse aspecto, a figura do homem, no momento do ato praticado contra um ente gerado a partir de si mesmo, passa a configurá-lo mais como um monstro estuprador do que alguém que tem uma família (Machado, 1998).

Portanto, discutir sobre paternidade, assim como a sua construção numa perspectiva do abuso sexual intrafamiliar é relevante e necessário. Além disso, para essa população, a psicologia pode contribuir no planejamento e em novas formas de intervenção e, com isto, proporcionar saúde mental a todos os envolvidos nesse contexto. Diante dessa conjuntura psicossocial crescente, levantamos algumas questões: como esse homem-pai que se encontra em situação de abusador sexual intrafamiliar compreende/percebe o sentido de sua paternidade? O que o levar a cometer o abuso sexual intrafamiliar contra seus próprios filhos?

Esse artigo tem como objetivo realizar um levantamento da revisão de literatura sobre à paternidade por pais acusados de cometerem abuso sexual infantil contra seus filhos do sexo masculino. No que se refere à perspectiva teórica, será utilizada a abordagem cartográfica, por compreender que a violência intrafamiliar é produzida por vários campos de forças que se entrecruzam e a mantêm (Souza; Francisco, 2016). Nessas relações de forças há um estrutura subjacente que denominamos de sistema patriarcal. Nesse sistema prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão heteronormativo de classe, raça, gênero e orientação sexual.

Para contextualizar o fenômeno sobre o qual vamos nos debruçar cabe-nos mapear, analisar e discutir as produções cientificas que abordam a temática e que, brevemente, vamos apresentar. Essa revisão da literatura objetiva analisar o que se

tem produzido sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar cometido por homens pais de meninos, além de explorar os principais conceitos do tema em questão.

PROCESSO METODOLÓGICO

No que se refere ao caminho metodológico, utilizaremos outras fontes como livros, jornais, documentos e pesquisas governamentais de autores que se debruçam sobre o assunto, e que julgamos serem relevantes para ampliar e aprofundar nossa compreensão do fenômeno. Para delinear a pretendida revisão e estabelecer critérios de inclusão e de exclusão, elaboramos um protocolo com o intuito de realizar as estratégias de busca e a seleção de estudos e pesquisas, e com isso refinar os resultados.

Os critérios de inclusão foram: pesquisas primárias, secundárias e ensaios teóricos sobre a temática do abuso sexual intrafamiliar cometidos por homens pais de meninos, e que foram publicados em periódicos científicos nos idiomas português, inglês ou espanhol. Todavia, serão incluídos artigos de língua inglesa ou espanhola desde que esses artigos tragam como foco de pesquisa a realidade brasileira sobre a temática. Além disso, incluímos documentos ligados a instituições oficiais do Estado Brasileiro. Foram excluídos: publicações que não são ligadas a instituições públicas estatais ou por outra forma de divulgação que não são periódicos científicos; pesquisas que não abarcaram a realidade brasileira sobre o fenômeno em questão; estudos que não abordaram a referida temática e estudos publicados em idiomas diferentes dos mencionados.

No processo metodológico, a maioria dos artigos usaram como principal instrumento para colher as informações a entrevista semiestruturada. Em seguida, podemos destacar as rodas de conversa, revisão de literatura e análise documental como as mais recorrentes

Como estratégias de busca e seleção dos estudos e pesquisas dos artigos, nos utilizamos das bases de dados BVS, *Scielo, Scopus, Web of Science* e Oasis, adotando os seguintes descritores: ("Abuso sexual" OR "Delitos sexuais" OR "Maustratos sexuais" OR "Violência sexual" OR "Trauma sexual") AND (Patriarcado OR "Poder patriarcal" OR "Estrutura Familiar") AND (Família OR Familiar OR Intrafamiliar) ("Sexual assault" OR "*Child abuse, sexual"* OR "*Child Molestation*" OR "*Sexual Abuse of Child*" OR "Sexual Trauma" OR "*Sex Offenses*" OR "*Sexual violence*") *AND (Patriarchy OR "Family Structure" OR patriarchal) AND (Family OR Intrafamiliar OR intrafamilial)*. Para melhor visualização e compreensão, elaboramos o quadro 01:

Quadro 1 – Descritores utilizados nas bases de dados.

Base de dados	Estratégia	Nº de estudos
SciELO	("Abuso sexual" OR "Delitos sexuais" OR "Maus-tratos sexuais" OR "Violência sexual" OR "Trauma sexual") AND (Patriarcado OR "Poder patriarcal" OR "Estrutura Familiar") AND (Família OR Familiar OR Intrafamiliar) ("Sexual assault" OR "Child abuse, sexual" OR "Child Molestation" OR "Sexual Abuse of Child" OR "Sexual Trauma" OR "Sex Offenses" OR "Sexual violence") AND (Patriarchy OR "Family Structure" OR patriarchal) AND (Family OR Intrafamiliar OR intrafamilial).	02
Portal Regional BVS	("Abuso sexual" OR "Delitos sexuais" OR "Maus-tratos sexuais" OR "Violência sexual" OR "Trauma sexual") AND (Patriarcado OR "Poder patriarcal" OR "Estrutura Familiar") AND (Família OR Familiar OR Intrafamiliar) ("Sexual assault" OR "Child abuse, sexual" OR "Child Molestation" OR "Sexual Abuse of Child" OR "Sexual Trauma" OR "Sex Offenses" OR "Sexual violence") AND (Patriarchy OR "Family Structure" OR patriarchal) AND (Family OR Intrafamiliar OR intrafamilial).	08
Scopus	("Abuso sexual" OR "Delitos sexuais" OR "Maus-tratos sexuais" OR "Violência sexual" OR "Trauma sexual") AND (Patriarcado OR "Poder patriarcal" OR "Estrutura Familiar") AND (Família OR Familiar OR Intrafamiliar) ("Sexual assault" OR "Child abuse, sexual" OR "Child Molestation" OR "Sexual Abuse of Child" OR "Sexual Trauma" OR "Sex Offenses" OR "Sexual violence") AND (Patriarchy OR "Family Structure" OR patriarchal) AND (Family OR Intrafamiliar OR intrafamilial).	138

CC BY

Web of Science	("Abuso sexual" OR "Delitos sexuais" OR "Maus-tratos sexuais" OR "Violência sexual" OR "Trauma sexual") AND (Patriarcado OR "Poder patriarcal" OR "Estrutura Familiar") AND (Família OR Familiar OR Intrafamiliar) ("Sexual assault" OR "Child abuse, sexual" OR "Child Molestation" OR "Sexual Abuse of Child" OR "Sexual Trauma" OR "Sex Offenses" OR "Sexual violence") AND (Patriarchy OR "Family Structure" OR patriarchal) AND (Family OR Intrafamiliar OR intrafamilial).	71
Oasisbr	("Abuso sexual" OR "Delitos sexuais" OR "Maus-tratos sexuais" OR "Violência sexual" OR "Trauma sexual") AND (Patriarcado OR "Poder patriarcal" OR "Estrutura Familiar") AND (Família OR Familiar OR Intrafamiliar) ("Sexual assault" OR "Child abuse, sexual" OR "Child Molestation" OR "Sexual Abuse of Child" OR "Sexual Trauma" OR "Sex Offenses" OR "Sexual violence") AND (Patriarchy OR "Family Structure" OR patriarchal) AND (Family OR Intrafamiliar OR intrafamilial).	31

Fonte: Autoria própria.

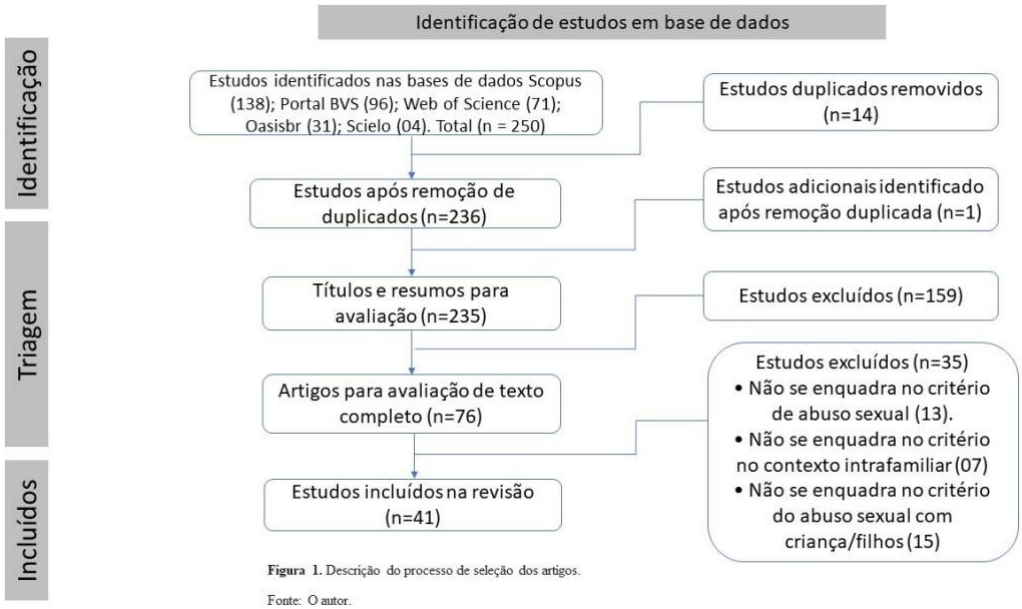
A partir da organização dos descritores, para localizar os estudos e pesquisas, elencamos as bases de dados com seus respectivos resultados: Portal regional BVS: 8; Scopus: 138; *Web of Science: 71; Oasisbr:* 31 e no *Scielo*: 2. No total, foram encontrados 250 artigos e 14 excluídos por duplicidade, restando 236 no total. Logo após, inserimos os artigos encontrados no aplicativo Zotero, que se configura como um gerenciador de referências e citações que armazena, cita e gera referências de forma automática, além de excluir trabalhos duplicados e organizar os periódicos e artigos.

Após exclusão de duplicatas, processou-se a triagem pela leitura de títulos e resumos, empregando-se o gerenciador bibliográfico *Ryann QCRI*, dos quais foram considerados 41 artigos elegíveis para leitura completa. Após a extração e análise dos dados dos estudos e pesquisas incluídos, foram inseridas as informações numa planilha eletrônica para organização, contendo título, resumo, ano, autores e periódicos em que foram publicados. E por fim, para análise e discussão, além dos artigos que se tornaram elegíveis, utilizamos livros acadêmico-cientifico de autores considerados de referência na área com o intuito de ampliar e dar suporte para nossa

CC BY

compreensão do fenômeno. Para melhor visualização e acompanhamento do processo de identificação dos estudos nas bases de dados e sua seleção para compor a revisão, elaboramos o fluxograma:

Fluxograma 1 – Identificação dos estudos em base de dados



Fonte: Autoria Própria.

Vale salientar, na análise e discussão que se segue, que ao término da leitura dos artigos completos, observamos que as informações obtidas se revelaram semelhantes e até complementares. Decidimos priorizar e citar os trabalhos que julgamos serem os mais relevantes para compor a nossa revisão. Após a leitura de dos artigos, podemos afirmar que todos utilizaram a abordagem qualitativa para nortear seus estudos e pesquisas. No que se refere às áreas de conhecimento, a psicologia dominou o cenário das análises, seguida da saúde pública, enfermagem, educação e sociologia.

REVISÃO DE LITERATURA

As transformações ocorridas nos mais diversos cenários da sociedade contemporânea mudaram as formas como os indivíduos se relacionam no seu cotidiano e impactaram significativamente na dinâmica familiar. O abuso sexual intrafamiliar configura um fenômeno complexo – que tem sido crescente, segundo pesquisas, que também apontam o pai como o principal perpetrador (Seres, 2019; Visentin; Lhullier, 2019; Oliveira, 2010; Lodetti, 2010, Esber, 2008) – e se apresenta imbricado por várias condições no contexto contemporâneo: sociocultural, econômico, jurídico, histórico, biológico e psicológico, sem deixar de mencionar as relações de poder e de gênero, fatores étnico-raciais e diferentes classes sociais que, interconectadas, estão implicadas em conflitos que se retroalimentam.

Atualmente, algumas questões vêm orientando os estudos neste campo/tema, tais como: qual(is) o(s) motivo(s) que levam um pai a violentar sexualmente seu(sua) filho(a)? Por que os pais são os grandes perpetradores da violência sexual intrafamiliar? Como são vivenciadas essas experiências no contexto intrafamiliar? Como essas experiências são perpassadas de uma geração para a outra? Como as instituições acolhem e atendem esses homens acusados de cometer tal violência? São indagações que revelam que, em sua grande maioria, o abusador, no caso, o pai, também pode ter sido vítima de violência sexual em algum momento da vida perpassando-a de maneira intergeracional.

Nesse sentido, pesquisas de Visentin e Lhullier (2019) e Esber (2008) mostram que todos os abusadores entrevistados por eles foram vítimas de abuso sexual e relacionam, dentre outros motivos, o ato violento à experiência sofrida na infância. Tanto Cúnico, Quaini e Strey (2017), como Lodetti (2010), endossam os estudos de Esber (2008) e ressaltam que ainda são poucas as iniciativas de políticas públicas direcionadas para o acolhimento e atendimento quando se trata de homens que cometem abuso sexual intrafamiliar.

CC BY

A partir dessa compreensão, sob um olhar profissional e pessoal, esse tema se apresentou emergente no cenário social, em que apresentamos como exemplo as manchetes sobre o crescimento do ASI no Estado de Pernambuco. A escolha do referido Estado, se deu pelo crescente avanço desse fenômeno nessa unidade federativa e pela experiência do autor ter residir na cidade do Recife e acompanhar de forma empírica esse fenômeno e o acesso imediato a fontes governamentais e de comunicação.

Os casos de abuso sexual intrafamiliar estão cada vez mais frequentes nos meios de comunicação e na solicitação das instituições públicas para atuação do profissional de psicologia, a partir do aumento vertiginoso da população atendida, principalmente nas áreas sociais, de saúde e no sistema educacional. Além do mais, podemos observar, como expressão desse crescente fenômeno, as notícias nos meios de comunicação, como jornais e sites, que apontam o crescimento do crime aqui em debate, no Estado de Pernambuco.

A manchete estampada no Diário de Pernambuco de 24 de abril de 2017 diz que “Pernambuco é o 3º do Nordeste com mais denúncia de violência sexual contra menores”. Já no JC On-line de 08/05/2019, o título é “Abuso sexual contra menores: PE é o 2º estado do Nordeste com mais casos notificados”. Neste mesmo jornal, em 07 de maio de 2020, a chamada foi “PE: Denúncias de violência sexual contra crianças crescem mais de 50%”. Esses números confirmam os dados oficiais da Secretaria Executiva de Ressocialização do estado de Pernambuco (2019).

Uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) entre 2017 e 2020, publicada como “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil”, expõe informações e dados que conversam com as informações aqui mencionadas e ampliam a compreensão acerca do fenômeno. O relatório mostra registrados, nos últimos quatros anos, 179.278 casos de estupro e estupro de vulneráveis, com idades entre 0 e 19 anos. Desses, 145.086 tinham menos de 14 anos, o que corresponde a 81% dos casos no país. Também é

CC BY

problematizado que quanto mais nova for a vítima, maior a possibilidade de haver abuso no ambiente doméstico.

No que diz respeito ao local do abuso, tanto meninos quanto meninas não apresentaram diferença significativa: 64% e 67%, respectivamente. Porém, ainda são as meninas quem apresenta o maior número de casos. Do total de crimes analisados, 86% foram cometidos por agressores conhecidos da vítima e, desse percentual, 60% são pais. O restante, padrastos, avôs, tios e outros. Além do mais, esse tipo de violência “acontece majoritariamente dentro de casa, e o responsável pelo crime é uma pessoa conhecida da vítima” (UNICEF, 2021, p. 55).

A investigação realizada nos periódicos sobre a dinâmica da paternidade nesse contexto, mostra que a transgeracionalidade se apresenta e se revela na maioria das investigações. Para França (2020, p. 112), “por gerações sucessivas, mulheres que foram abusadas na infância tendem, inconscientemente, a expor seus filhos à proximidade e até a proteção da mesma pessoa que abusou delas”. Assim sendo, essa experiência traumática de abuso e incesto vivenciada por essas mulheres pode tê-las fragilizado, resultando em baixa autoestima e autoimagem de uma feminilidade deficitária, entre outros sofrimentos relevantes. São aspectos que, juntos, as tornam frágeis e cúmplices na relação com homens abusadores.

Esse sentimento negativo termina passando de pais para filhos, no que diz respeito a construção da paternidade nos aspectos transgeracionais, além de permear muito sofrimento nas gerações sucessoras (Visentin; Lhullier, 2019; Oliveira, 2010) Nesse aspecto, Almeida (2004), diz que o modelo familiar patriarcal se baseia em uma estrutura historicamente hierárquica que define as regras das relações de poder entre homens e mulheres e determina o que é da ordem do masculino e feminino, cabendo ao homem o espaço público e à mulher, o privado. Essa demarcação traz como reflexo comportamentos que definem o que é ser macho/fêmea, masculino/feminino, paternidade/maternidade.

CC BY

O determinismo biológico se coloca como base na definição do que é ser homem e ser mulher na sociedade, além de ditar o que cabe a cada categoria. A partir disso, as formas de vivenciar as relações de gênero se enquadram numa matriz de ordem hegemônica heterossexual. Nesse caso, a relação entre a paternidade e a violência sexual intrafamiliar parece se estruturar nos fatores até aqui levantados, mas há diferença nas expressões do processo de socialização entre homens e mulheres, que segue uma perspectiva passada na qual o patriarcado prevalece.

Nesse sentido, o patriarcado se estabeleceu como um sistema social e de modelo familiar em que os homens com perfil prevalentemente branco, cisgênero e heterossexuais detém o poder e o domínio em vários contextos da sociedade. O patriarcado se expressa na organização social, legal, político e econômico de diversas culturas. Dessa forma, a estrutura patriarcal se manifesta na paternidade a partir da heteronormatividade, a qual impõe a heterossexualidade como a única forma de orientação sexual considerada normal.

As pesquisas de Visentin e Lhullier (2019), assim como as de Trindade (1993) demonstraram que as representações de paternidade e maternidade ainda são remetidas aos papéis tradicionais: homens como “pais-provedores” e mulheres em uma “identidade feminina”, por terem a maternidade como via de acesso. Embora a pesquisa realizada por Trindade mostre que os pais representam a paternidade e a maternidade nos padrões tradicionais, autores como Cúnico, Quaini e Strey (2017), Medrado (2011), Silveira (1998), Ramires (1997) e Badinter (1985) indicam, atualmente, mudanças a esse respeito.

Essa visão fragmentada tem produzido diversas dificuldades, como a justaposição das escassas políticas públicas, a segmentação dos profissionais e dos sujeitos acompanhados, a revitimização das crianças e adolescentes abusados, a reincidência da agressão sexual, a desistência dos familiares e demais redes em acessar apoio profissional e outras condições que dificultam as intervenções contextualizadas e multi/interprofissionais.

De acordo com Medrado (2011), Ramires (1997) e Laquer (1992), há poucos estudos acerca do papel do pai nas configurações familiares. Essa escassez no campo científico se deve ao enfoque dado à família e aos grupos sociais, na medida em que a maior quantidade de dados na literatura e nas publicações privilegia o exercício da maternidade, seus problemas e possíveis soluções. Há, portanto, uma lacuna no conhecimento quanto à questão da paternidade, mas este campo começa, contudo, a despertar algum interesse, quer pelos saberes científicos, quer pelas publicações, mas sempre com uma roupagem que ainda dê enfoque para o estudo da maternidade. Isso dificulta um trabalho mais apurado sobre temas como o aqui apresentado (Vieira; Nascimento, 2014; Valente; Medrado; Lyra, 2011).

De acordo com o levantamento realizado, os autores das regiões sul e sudeste do Brasil são os que mais publicam quando o assunto é sobre o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Esse fato se deve ao maior número de instituições de pesquisas serem em maior quantidade no sul e sudeste do país e ao fato dos periódicos científicos também terem suas sedes nas mesmas regiões supracitadas.

ASPECTOS RELEVANTES SOBRE OS DADOS DA PESQUISA

Já mencionamos que, para compor a revisão em tela, a realidade brasileira é um critério de inclusão primordial. Contudo, em nosso entendimento, isso não excluiu a nossa leitura e usufruto das informações dos artigos que apresentam outras realidades do fenômeno em foco. Porém, usamos essas pesquisas de outros países para corroborar com a realidade brasileira por entender que é um fenômeno presente em todos os países do mundo, seja ocidental ou oriental (UNICEF, 2021).

Segundo dados levantados pela UNICEF – órgão da ONU (Organizações das Nações Unidas), voltado para crianças e adolescentes –, entre os anos de 2016 e 2020, houve um número assustador de violência sofrida por este grupo, inclusive

CC BY

acarretando casos letais: nos grupos vitimados, quase 80% eram meninas com idades entre 10 e 14 anos, chegando a mais 90% com idade acima de 15 anos. Já com os meninos, a idade é bem menor: de 3 a 9 anos. Em todas as análises, “a maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas” (UNICEF, 2021, p. 6).

Ao ver esses fatores, Araújo (2002, p. 3) discorre: “a preocupação com os dramáticos índices de crescimento da violência [...] coloca-se hoje como uma questão crucial para a sociedade brasileira”. A violência sexual também ganhou espaço em debates acadêmicos, sendo que “nas últimas décadas tem se tornado um vasto campo de estudos de diversas ciências” (Eastman, 2002, p. 12).

O tema aqui abordado diz respeito à paternidade dos acusados de abuso sexual intrafamiliar, uma relação problemática, objeto de discussão em diversos meios, demonstrando, cada vez mais, a necessidade de políticas públicas de intervenção, inclusive da Organização Mundial de Saúde, através do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Eastman, 2002), tendo-se em vista a perspectiva do poder secular do mais forte sobre o mais fraco que encontra respaldo na sociedade patriarcal e está imbricada ao longo dos tempos. Essa influência não é nova.

Para Silva, Silva e Bueno (2014, p. 711), “a construção da paternidade é um processo que ocorre a partir de práticas inseridas na relação entre pai e filhos. É marcada por transformações, mudanças e conhecimentos em que o pai, necessariamente, busca para expressar seu papel”. Este papel advém dessa consideração de poder, que possibilita ao pai exercê-lo aliado à influência do comando de autoridade sobre os filhos (Roos Campeol; Crepaldi, 2018).

Ao se referir a Spinoza sobre o conceito de liberdade, Marilena Chauí (1985) diz que esta é uma escolha voluntária ante uma capacidade de autodeterminação.

Logo, não é encontrada nas crianças, por exemplo, pois elas não têm o pleno domínio sobre suas ações. A autonomia ocorre quando a pessoa tem noção de sujeito e, a

CC BY

partir desse momento, começa a construir sua identidade libertária (Araújo, 2002). A falta de uma compreensão total da liberdade cria uma posição de poder entre um ser (adulto) e outro (criança), ou mesmo na relação de gênero (homem vs. mulher), em que a parte mais forte se aproveita da vulnerabilidade da outra, sob a concepção "maior vs. menor", e passa a se utilizar de chantagem emocional, intimidação e outros subterfúgios para conseguir o que pretende (Morales; Schramm, 2002).

Quanto aos pais, objetos centrais desse estudo, a violência intrafamiliar se dá pelo domínio adquirido do patriarcado recorrente nas sociedades ao longo dos séculos: o patriarca exerce poder de dominação sobre a família e os demais agregados. Nesse sentido, as experiências e interações vividas pelos pais com seus próprios genitores e o modo como introjetaram o modelo de paternidade são aspectos que influenciam na relação a ser construída com seus filhos mais tarde (Cardelli; Tanaka, 2012).

Além disso, acredita-se, historicamente, que o abuso sexual intrafamiliar, sobretudo contra crianças e adolescentes de idade, considerados "incapazes" do ponto de vista de defesa pessoal, ocorre em função das condições de vida financeira da família, sendo maior nos lares mais pobres e onde as mães trabalham para ajudar no sustento e deixam os filhos com os pais (Pimentel; Araújo, 2006, p. 39). Estudos, porém, apontam que "a paternidade tem assumido contornos diversos conforme o passar do tempo" (Cúnico; Quaini; Strey, 2017, p. 2).

Entende-se, pois, a urgente necessidade de um olhar voltado para esse cuidado e isto realmente demonstra o carinho do pai para com a sua prole, que faz seu verdadeiro papel e conduz a família, como se prevê nos meios acadêmicos, na conjuntura legal (normativa) e, sobretudo, no conceito de sociedade cultural civilizada (Roos Campeol; Crepaldi, 2018). Porém, as discussões sobre a violência intrafamiliar praticadas pelos pais, agentes mais próximos da família, vêm sendo objetos de estudos acadêmicos e de cunhos estatal, nacional e internacional. Isto contribui para a criação de leis e regras, com o intuído de obter uma família saudável e pacífica.

CC BY

Assim, a violência dentro de casa resulta do "uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, outra pessoa, um grupo ou comunidade, pode resultar ou tem alta probabilidade em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou de privação" (Eastman, 2002, p. 12). Morales e Schramm (2002) afirmam que o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes tem se tornado, paulatinamente, um problema de saúde pública, deixando de ser apenas uma questão local e passando a ser do organismo estatal, tornando-se um debate frequente nos países do mundo ocidental. No Brasil, vários autores discorrem sobre o tema e acertam que violência intrafamiliar contra mulheres, crianças e adolescentes ainda é um fenômeno social grave, como apontam os inúmeros estudos existentes (Azevedo; Guerra, 1993; Saffioti, 1997; Almeida, 1998).

Quanto ao perfil dos violentadores e as pesquisas sobre o tema, Araújo (2002) informa que a violência intrafamiliar que envolve o abuso sexual infantil tem como agressores cerca de 80% de homens adultos. São pais biológicos, padrastos ou irmãos das vítimas – em geral, adolescentes do sexo feminino –, conforme os dados do Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada – CPPA, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis/SP. Já para Pimentel e Araújo (2006, p. 39), a "[...] revelação dessas práticas tem evidenciado que a violência sobre a criança, muitas vezes, é perpetrada por adultos que são membros diretos de suas famílias".

Quanto ao conhecimento por parte da sociedade ou de organismos estatais, Araújo (2002, p. 8) diz que os atos "[...] acontecem e se mantêm protegidos pela lei do silêncio. Esse segredo familiar pode percorrer várias gerações sem ser denunciado". Já no campo jurídico, "existem referências a direitos e deveres, normas e princípios morais considerados fundamentais e dirimentes para esse âmbito, inclusive no âmbito intrafamiliar, tais como a tutela da dignidade e/ou da vulnerabilidade da pessoa humana" (Morales; Schramm, 2002, p. 266). Neste ponto, Morales e Schramm (2002, p. 267) alertam: "espera-se [...] que os pais protejam e guiem seus filhos, e que o

Estado imponha alguns limites no exercício da autoridade parental e nos direitos especiais para os menores".

Dessa maneira, acredita-se que a constituição da paternidade ainda seja uma importante temática para a compreensão das relações familiares e das condições de desenvolvimento infantil (Souza; Benetti, 2009) e se torna uma questão fundamental para a implantação de políticas de suporte às famílias, para reeducá-las no processo de convivência saudável e ético, pois há uma responsabilidade social na luta contra o abuso sexual intrafamiliar, e isso afeta o princípio da igualdade entre todos os seres (Morales; Schramm, 2002). Dos pontos de vista cívico, ético e moral, "se tomamos a liberdade como uma capacidade e um direito fundamental", pode-se dizer que a violência intrafamiliar, sobretudo a causada pelos pais, se torna mais cruel, por ser "uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito constituinte da própria história" (Araújo, 2002, p. 4).

Cabe ressaltar que os estudos (Seres, 2019; Visentin; Lhullier, 2019; Oliveira, 2010; Lodetti, 2010), apresentaram informações relevantes no que diz respeito aos agressores das vítimas. Eles são identificados como pessoas conhecidas das vítimas, sendo que 91% do sexo masculino que cometem abuso sexual intrafamiliar, em sua maioria tem parentesco próximo como pais, padrastos, tios e irmãos. De acordo com (Chaban, 2019; Vieira; Nascimento, 2014; Valente; Medrado; Lyra, 2011), 76% dos abusos acontecem com meninas e 34% com meninos. Já em relação a cor/raça das vítimas, 55% são brancas, 44% negras e pardas e 0,6 % outras.

A faixa etária de 0 a 9 anos tem sido a que mais sofre violência intrafamiliar. Na revisão realizada, os autores (Leite; Albuquerque, 2023; González, 2023; Teixeira *et al.*, 2019) apresentam uma informação que chama a atenção, embora a prevalência do abuso sexual intrafamiliar seja cometida mais contra as meninas, porém são os meninos que têm sido vítimas fatais, chegando a 93% na faixa etária de 15 a 19 anos os casos de morte.

CC BY

Ainda em relação aos meninos, a violência sexual perpetrada acontece mais no período da infância. Os autores (Cardoso, 2022; Nogueira, 2020; Fonseca; Costa, 2019), demonstram que quanto menos idade os meninos tiverem, são mais frágeis e se tornam tão vítimas quanto as meninas, pois na infância ambos estão mais dependentes e em fase de desenvolvimento físico, psíquico e social.

Contudo, como já dito, mesmo não sendo foco do nosso estudo, com o intuito de corroborar com as pesquisas brasileiras, decidimos trazer alguns estudos e pesquisas de outros países sobre o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Na revisão da literatura com dados brasileiros, constatamos informações semelhantes na Espanha. Segundo Soto, (2020), as meninas espanholas são as que mais sofrem de abuso sexual intrafamiliar, tendo parentes próximos como os principais agressores (pai, padrastos, avôs e tios), além dos namorados (não convive no mesmo ambiente doméstico das vítimas) das mães, do mesmo modo são frequentes nesse tipo de delito.

De acordo com Li e Wang (2022), as meninas chinesas são os principais alvos dos abusadores, demonstrando dados semelhantes a outros países incluindo o Brasil. Em relação aos meninos, os abusos são menos frequentes, contudo, essa informação corrobora com a literatura brasileira pelo fato de serem mais letais para esse grupo de pessoas, devido à exigência na formação da sua masculinidade. Vale ressaltar que as tentativas de suicídio são mais evidentes nos adolescentes masculinos chineses, podendo ter consequências deletérias na vida adulta. Já para as adolescentes daquele país, a gravidez é uma consequência que tem sido recorrente.

Na realidade brasileira, as pesquisas de Fonseca e Costa (2019) e Costa (2012), chamam a atenção para um fenômeno recorrente que se revela de maneira crescente e sorrateira que são os adolescentes agressores. De acordo com os autores, esses adolescentes abusam de seus próprios filhos e estão inseridos num contexto de pobreza e possuem baixa escolaridade, além do desemprego e baixa

autoestima. Ainda em relação aos agressores em geral, a literatura indica fatores sobre as condições socioeconômica e demográfica.

Segundo Jacó, Araújo e Souza (2023), Cardoso (2022) e Nogueira (2020), afirmam que, em sua maioria, os agressores são de cores negra e parda, predominando a faixa etária entre 25 e 45 anos, moram nos bairros periféricos das cidades e possuem baixa escolaridade. Embora esses dados apontam para uma população específica (negros e pardos), sabemos que o perfil dos agressores estão presentes em todas as classes sociais, inclusive no que se refere ao perfil de outras etnias como os homens brancos por exemplo, mesmo não sendo os mais presentes nesses estudos. Também em sua maioria estão desempregados e vivem num contexto de miséria. A maior parte dos agressores entrevistados faz uso de substâncias psicoativas (principalmente álcool) e, apresentam problemas de baixo autoestima devido a condições familiares de vulnerabilidade psicossociais, além de serem vítimas de violência doméstica durante a infância.

É notório que a dinâmica familiar desses homens que abusam de seus filhos foi permeada de condições de vulnerabilidade biopsicossocial, principalmente durante sua infância, o que certamente afetou o processo de aquisição do desenvolvimento. Observamos basicamente, num primeiro momento, duas vias de análise nessa direção: a primeira é a intergeracionalidade intrínseca quando examinamos os fatores que alicerçam o abuso sexual intrafamiliar; e a outra via é que essas informações confirmam as pesquisas realizadas por Visentin e Lhullier (2019) e Esber (2008), as quais ratificam que os agressores também foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar durante a infância.

Todavia, esses dados não indicam que há uma correlação direta entre os agressores terem sido abusados durante a infância e ao se tornarem adultos transformarem-se automaticamente agressores. Além disso, esse fato não pode ser usado como justificativa para o delito cometido. Contudo, esse dado de terem sofrido abuso sexual no período da infância, é um fator importante para ser analisado. Deve

CC BY

ser contextualizado e sondado a partir da perspectiva de cada pai acusado de cometer abuso sexual intrafamiliar.

CONSIDERAÇÕES

No esboço da presente discussão, vê-se diversas questões a serem analisadas durante a futura pesquisa a ser construída sobre o tema de abuso sexual intrafamiliar com crianças do sexo/gênero masculino, onde os abusadores são, principalmente os pais. Durante o levantamento feito, buscou-se fazer uma análise literária baseada nos estudos sobre as causas que levam pais a abusarem dos seus filhos.

Partindo da necessidade de compreender esses fatores de violência sexual contra filhos do sexo masculino, as pesquisas realizadas em textos de autores que se debruçam sobre o tema, trazem uma dificuldade que é uma literatura mais voltada para as regiões do Centro-Sul do país, e pouquíssima literatura dessa natureza em outras regiões, sobretudo no Nordeste brasileiro, onde se dará a dissertação e do tema. Nesse sentido, é importante ressaltar que há uma necessidade maior de entender as relações teóricas no campo de estudo da futura pesquisa aqui abordada. Por outro lado, os textos analisados trazem também diversas reflexões acerca do tema, considerando causas e consequências, fatores e conjunturas onde esse tipo de violência ocorre. Nessa seara, identificou-se que as questões do abuso sexual intrafamiliar tendo como abusador os pais, está cercado de situações que envolve as condições financeiras, regiões mais afastadas dos centros, dificuldades de relacionamento entre casais, considerando aqui uma questão familiar sociológica, uso de entorpecentes e outros fatores que levam ao abuso sexual intrafamiliar. Todavia, é fundamental destacar que esses fatores não podem considerados como único viés para a questão em tela.

Destaque-se também a necessidade de a mãe precisar trabalhar para contribuir com a renda familiar, sendo que esse fator sai da esfera do empoderamento da mulher

enquanto sujeito social para uma condição de risco para os filhos, o que, na prática, não deveria ter essa conotação. Contudo, vale esclarecer, que a necessidade da mulher trabalhar, se dá principalmente no contexto de famílias de baixa renda. Nesse contexto, podemos afirmar que a diferença da classe social em que a mulher se encontra, repercuti diretamente em sua participação no processo educativo dos filhos. Embora, que essas famílias possuam em sua maioria rede de apoio em seus territórios de políticas públicas como creches, escolas de tempo integral e familiares como as avós, tias, tios e irmãos que auxiliam na educação das crianças. Ainda assim, essas mulheres certamente terão mais dificuldades em estar presente no cotidiano familiar.

Já as famílias em que as mulheres possuem condições mais abastadas financeiramente, contam com apoio de babás e outros profissionais, e tem acesso a especialistas como psicólogos, psicopedagogos, pediatras que dão suporte no processo do desenvolvimento e educativo de sua prole. Embora as famílias de classe social mais abastadas possam contar com uma estrutura de profissionais e acesso a melhores condições de saúde e educação, isso não indica que essas diferenças entre classes sociais o fenômeno do abuso sexual infantil não esteja presente nessas famílias.

Para contextualizar as nossas conclusões sobre o fenômeno revisado, temos que implicar na nossa compreensão as relações de poder que estão imiscuídas na dinâmica intrafamiliar. As relações de poder são circulares e que são poderes, forças como as pessoas exercem e estabelecem as suas relações sociais. As relações de gênero também são perpassadas pelas relações de poder que se estabelecem na nossa sociedade, em que homens e mulheres colocam em prática esse exercício de poder de forma assimétrica que se configuram nas práticas machistas num sistema patriarcal de forma heteronormativa.

Nesse sentido, os espaços são delimitados e configurados de acordo com o gênero que são atribuídos a homens e mulheres papeis e atividades próprias daquele determinado sexo/gênero. Dessa forma, nesse contexto, cabe as mulheres atividades

CC BY

restritas ao espaço doméstico, como cozinhar, lavar e passar roupas, educar os filhos dentre outras. Ao homem cabe basicamente o mundo do trabalho e o espaço público.

Por estabelecer relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, esses homens pais exercem formas de dominação e sujeição os outros membros no ambiente intrafamiliar (mãe, filhos e outros parentes) o que pode acarretar em práticas violentas, sejam elas físicas, sexuais, financeiras.

A partir dessa breve explanação, na nossa revisão, podemos concluir que ainda prevalecem nas famílias estudadas essas diferenças entre os homens e as mulheres quando se trata, principalmente, do espaço doméstico. Embora, há estudos que apontam essas mudanças que surgem na implicação do homem para compartilhar essas atividades, porém, ainda não são significativas na nossa revisão.

Vale ressaltar, que as conclusões não são definitivas e são apontamentos de um cenário do fenômeno pesquisado num determinado tempo e espaço a partir de determinadas circunstâncias, a partir do acesso as plataformas cientificas. A revisão e as conclusões realizadas pelos autores são para oferecer uma visão geral e também crítica da literatura publicada sobre um tema e ter a possibilidade de sugerir novos caminhos para novas revisões, pesquisas e estudos.

Compreende-se, portanto, que há muitas questões a serem discutidas nesse campo do abuso sexual intrafamiliar entre os pais e seus filhos do sexo masculino. Destes, há uma necessidade de maior presença do Estado, com políticas governamentais eficientes e eficazes no combate a esse tipo de violência sexual; maior presença dos órgãos fiscalizadores, incluindo os que estão dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para coibir e/ou evitar que abusos dessa natureza aconteçam; presença de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e outros de ramos similares na vida dessas crianças dando-lhes apoio e acompanhando qualquer tipo de situações que aconteçam, principalmente, no que se refere a planejar, elaborar e implementar políticas públicas nas áreas da saúde, educação e sociais para realização de ações preventivas de intervenções contextualizadas no âmbito das leis,

instituições, famílias e dos homens-pais que estão no contexto de abuso sexual infantil no ambiente intrafamiliar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. Femicídio: *Algemas invisíveis do público-privado*. São Paulo: Revinter, 1998.

ARAÚJO, M. F. *Violência e abuso sexual na família*. Artigos. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org.). *Infância e Violência Doméstica*: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993. p. 195-208.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Decreto - *Lei nº 2.848*, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.html. Acesso em 02 de set. 2023.

CARDELLI, A. A. M.; TANAKA, A. C. A. *Ser/estar pai*: uma figura de identidade. Rev. Ciência, cuidado e saúde, [S.l.], n. 11 (supll.), p. 251-258, maio 2012. Doi: 10.4025/cienccuidsaude.v11i5.17083.

CARDOSO, K.L.S. *Falsa denúncia de abuso sexual nos casos de alienação parental*. Curitiba: UNICURITIBA, 2022. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/29664

CHABAN, L. *Abuso sexual*: infância, relações sociais e patriarcado. Revista Do CEAM, 5(1), 125–136. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.3362480

CHAUÍ, M. *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C., HEILBORN, M. L. (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo, Zahar Editores, p. 25-62, 1985.

CHEMAMA, R. *Dicionário de Psicanálise Larousse*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CC BY

COSTA, Bruno Nogueira da Silva. *Sexualidade e violência em famílias de adolescentes que cometeram ofensa sexual.* Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, 2012.

CÚNICO, S. D.; QUAINI, R. P.; STREY, M. N. *Paternidades encarceradas*: revisão sistemática sobre a paternidade no contexto do cárcere. Psicologia & Sociedade, 29, e168770, 2017. Doi: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29168770. Acesso em: 05 set. 2020.

DENÚNCIAS de violência sexual contra crianças crescem mais de 50 por cento. Jornal do Comércio, Recife, [2020?]. Disponível em: https://tvjornal.ne10.uol.com.br/programas/2020/05/07. Acesso em: 25 de maio. 2020.

ESBER, K. M. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*: um estudo a partir da teoria sócio-histórica. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2008.

EASTMAN, A. C. Relatório mundial sobre a violência e a saúde da OMS: Uma resposta ao desafio da violência. *Revista da Saúde*, ano 3, n. 3, dez. 2002.

FONSECA, M.C.F; COSTA, L.F. *Desconhecido perigoso*: a relação entre o adolescente ofensor sexual e sua mãe. Pensando família, v.23, ed.2, p. 223-239, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php.

FOUCAULT. M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª ed. 1985.

FRANÇA, C. P. (org.). *Perversão*: as engrenagens da violência infanto-juvenil. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

GONZÁLEZ, A.R. *A review of radical feminist theories on child sexual abuse*. Onati Socio-Legal Series, v.13, ed.3, p. 857-889, 2023. Disponível em: 10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1384

JACÓ, S.P; ARAÚJO, M.A.; SOUZA, J.C.P. *O sofrimento psíquico desencadeado pelo abuso sexual em crianças*. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v.15, n.11, p. 14074-14092, 2023. Disponível em: DOI: 10.55905/cuadv15n11-061

LAQUER, T. W. *Los hechos de la paternidad*. Debate feminista, v. 6. p. 119-141, 1992. Disponível em: http://debatefeminista.cieg.unam.mx/df_ojs/index.php. Acesso em: 20 abr. 2020.

LEITE, J. C. S.; ALBUQUERQUE, G. A. *A Estratégia Saúde da Família e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*: revisão integrativa.

Ciência & Saúde Coletiva, 28(11):3247-3258, 2023. Disponível em: DOI: 10.1590/1413-812320232811.09662021

LI, X; WANG, J. *Continuity and change*: Violations of private patriarchal practices and domestic violence against rural wives in China. Health Care for Women International, v. 43, ed.7-8, p. 898-913, 2022. Disponível em: 10.1080/07399332.2021.1963967.

LIMA, I. *Abuso sexual contra menores*: PE é o 2º estado do Nordeste com mais casos notificados. JC Online, 08 maio 2019. Disponível em: https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2019. Acesso em: 25 maio 2020.

LODETTI, A. S. *Homens encarcerados por violência sexual*: um estudo sobre enunciação e performatividade. 2010. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MACHADO, L. Z. *Masculinidade, sexualidade e estupro*: as construções da virilidade. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 11, p. 231–273, 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php. Acesso em: 25/09/2021.

MEDRADO, B.; LYRA, J. *Ciências como dispositivo de produção da Paternidade*: análise de produções científicas brasileiras. Athenea Digital, Recife, v. 11, n. 2, p. 5772, jul. 2011.

MORALES, A. E.; SCHRAMM, F. R. A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 2, p. 265-273, 2002.

NOGUEIRA, R. N. *Distorções cognitivas de ofensores sexuais em interação grupal e familiar*. 2020. vi, 129 f., il. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/39412

OLIVEIRA, E. C. *Pai, separado e pobre*: entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena. 2010. Recife: UFPE, 2010.

PIMENTEL, A.; ARAUJO, L. S. *Violência sexual intrafamiliar*. In: Rev. Para. Med., Belém, v. 20, n. 3, p. 39-42, Jul./set. 2006.

PLATT, V. B.; BACK, I. de C.; HAUSCHILD, D. B.; GUDERT, J. M. (2018). *Violência sexual contra crianças*: autores, vítimas e consequências. Ciência & Saúde Coletiva, 23(4), 1019–1031. https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016

RAMIRES, V. R. *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

ROOS CAMPEOL, Ângela; CREPALDI, Maria Aparecida. *A (nova) relação pai-filhos*:

CC BY

uma revisão integrativa da literatura nacional entre 2000 e 2019. Psicologia Argumento, [S.l.], v. 36, n. 94, p. 501-526, dez. 2019. Doi: https://doi.org/10.7213/psicolargum.36.94.AO05.
SAFFIOTI, H. I. B. *No fio da navalha*: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (org.). Quem Mandou Nascer Mulher? São Paulo: Rosa dos Tempos, 1997. p. 134-211.

SAFFIOTI, H. I. B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 16, p. 115-136, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php. Acesso em: 20/10/2021. SERES, Governo do estado de Pernambuco, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. *Secretaria Executiva de Ressocialização*, 2019. Disponível em: http://www.sjdh.pe.gov.br/node/647#overlay-context=user. Acesso em: 20 mai. 2020.

SILVA, B. T.; SILVA, M. R. S.; BUENO, M. E. N. *Eventos no processo de construção da paternidade.* Escola Anna Nery, [S.l.], v. 18, n. 4, dez. 2014. P. 710-715.

SILVEIRA, P. *Exercício da paternidade*. (org.). Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

SOTO, I.P. El incesto como tabú y la liberación de la víctima. *Athenea Digital*, v.16, ed. 3, p. 285-300, 2016. Disponível em: 10.5565/rev/athenea.1966.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. C. *Paternidade contemporânea*: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, v. 19, n. 42, p. 97-106, jan.-abr. 2009.

SOUZA, S. R.; FRANCISCO, A. O método da cartografia em pesquisa qualitativa:

estabelecendo princípios, desenhando caminhos. *Investigação Qualitativa em Saúde*, vol. 2, n. 1, p. 811-820, 2016.

TEIXEIRA, E.C.; LEITE, A. P. L.; SANTOS, W. H. M.; CHAVES, J. H. B. C.; DUARTE, I. A. C.; CAVALCANTE, J. C. *Characteristics of cases of sexual violence that occurred in Alagoas between 2007-2016.* Mundo da Saúde, v. 43, ed. 04, p. 834-853. 2019. Disponível em: 10.15343/0104-7809.20194304834853

TRINDADE, Z. A. *As representações sociais e o cotidiano*: a questão da maternidade e paternidade. Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília, v. 9, n. 3, p. 535546, 1993.

UNICEF [Fundo das Nações Unidas para a Infância]. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.* Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CC BY

VALENTE, M. B., MEDRADO, B. & LYRA, J. *Ciências como dispositivo de produção da Paternidade*: análise de produções científicas brasileiras. Athenea Digital, 11(2),57-72, 2011.

VIEIRA, G. T. V.; NASCIMENTO, A. R. A. Aspectos psicossociais da construção da identidade paterna. *Revista Psicologia*: teoria e prática, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 5768, jan./abr. 2014.

VISENTIN, P. M; LHULLIER, C. Representações sociais da paternidade: um estudo comparativo. Fractal: *Revista de Psicologia*, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 305-312, set./dez. 2019. doi: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i3/5640.

CC BY